



Assistência à infância na província do Maranhão: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia (1850-1880)

Rosyane de Moraes Martins Dutra¹

RESUMO

A Irmandade da Misericórdia, no Maranhão, como no resto do Brasil, foi uma das instituições de caridade que assumiram a assistência aos desvalidos. Fundada em São Luís, em 1623, as Misericórdias alargaram suas funções no Oitocentos com a construção de igrejas, hospitais e cemitério a fim de estabelecerem seu patrimônio em terras maranhenses. Os presidentes da província que atuavam na provedoria da Irmandade tentavam implementar uma intervenção mais direta da Coroa Portuguesa nos assuntos relacionados à assistência da infância em São Luís. Pergunta-se: como a Santa Casa de Misericórdia garantia e mantinha os serviços de assistência a crianças abandonadas? Este estudo tem como objetivo geral, analisar a organização da Irmandade da Misericórdia na assistência a infância maranhense, em documentos sobre finanças e estatísticas da instituição entre os anos 1850 e 1880. Para isso, será feita a análise dos estudos da historiografia maranhense, que registraram a atuação da Irmandade no Maranhão Imperial e a análise de documentos do Acervo do Arquivo Público do Estado do Maranhão, referente as ações da Santa Casa na assistência as crianças, como os relatórios de província, mapas estatísticos e ofícios da Santa Casa. Com os resultados desse levantamento, pretende-se analisar a atuação da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão na assistência aos desvalidos, na administração dos recursos e na manutenção dos espaços institucionais, percebendo suas constituições, os sujeitos que geriam os serviços e os encaminhamentos dados as crianças abandonadas.

Palavras-chave: Infância. Irmandade da Misericórdia. Maranhão.

Childcare in Maranhão Province: the Brotherhood of Santa Casa de Misericórdia (1850-1880)

ABSTRACT

The Irmandade da Misericórdia, in Maranhão, as in the rest of Brazil, was one of the charities that took on assistance to the underprivileged. Founded in São Luís, in 1623, the Misericórdias extended their functions in the nineteenth century with the construction of churches, hospitals and a cemetery in order to establish their heritage in Maranhão lands. The presidents of the province who acted in the Brotherhood's provincial office tried to implement a more direct intervention by the Portuguese Crown in matters related to child care in São Luís. The question is: how did Santa Casa de Misericórdia guarantee and maintain the care services for abandoned children? This study has as general objective, to analyze the organization of the Irmandade da Misericórdia in the assistance to childhood in Maranhão, in documents on finance and statistics of the institution between the years 1850 and 1880. For that, it will be made the analysis of the studies of the historiography of Maranhão, which registered the activities of the Brotherhood in Maranhão Imperial and the analysis of documents from the

¹ Professora do Departamento de Educação I/Curso de Pedagogia - UFMA. Doutoranda em Educação - UNIFESP/Guarulhos. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa Infância e Brincadeiras – GEPIB/UFMA. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3305787052738350>. E-mail: rosyane.martins@gmail.com.



Archive of the Public Archives of the State of Maranhão, referring to the actions of Santa Casa in assisting children, such as the province reports, statistical maps and offices of the Santa Casa. With the results of this survey, it is intended to analyze the performance of the Brotherhood of Santa Casa de Misericórdia do Maranhão in assisting the underprivileged, in the administration of resources and in the maintenance of institutional spaces, realizing their constitutions, the subjects who managed the services and the referrals given abandoned children.

Keywords: Childhood. Brotherhood of Mercy. Maranhão.

1 INTRODUÇÃO

A assistência pública no Brasil, desde a colonização, esteve a cargo de instituições com grandes influências políticas e econômicas, como a Igreja Católica, que dominava o mundo ocidental com sua cultura dogmática e prática caritativa. Após Concílio de Trento, as ordens, confrarias e irmandades receberam as orientações para o projeto civilizador de todos povos, garantindo a manutenção do Antigo Regime e preservação do ideário colonizador e catequizador (SÁ, 1997). Pensar em assistência é refletir sobre a pobreza, sua institucionalização e os dirigentes desses lugares que constituíam a matriz colonial: clero, famílias patriarcais e elite política, que apoiados no caráter autoritário e escravocrata, construíram uma herança de dominação da população marginalizada e produziram uma sociedade desigual.

A extensão do domínio católico na Europa para a América Portuguesa alargou o alcance das ações dessas instituições religiosas, que atuavam como difusoras do poder eclesiástico sobre a colônia. Na consolidação de seus territórios, a Igreja garantia o lugar nas decisões políticas e organizava a sociedade nos moldes da fé cristã. Instituições como a Irmandade da Misericórdia, promoviam o auxílio espiritual e material aos desvalidos, baseando-se na experiência portuguesa (COE, 2013). No Maranhão, desde 1623, a Irmandade ergueu seu patrimônio com a construção de hospitais, cemitérios, casas e igrejas, com o objetivo de estabelecer seu poderio sobre a assistência pública e organizar os espaços de institucionalização dos menos favorecidos.

Portanto, a pesquisa em questão analisa as práticas institucionais da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia no Maranhão com relação as crianças abandonadas, no período de 1850-1880, por se tratar do tempo das principais ações da instituição em prol da disciplinarização e educação da infância pobre maranhense. As análises documentais que foram realizadas em fontes encontradas no Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM)



revelaram nos relatórios de despesas e orçamentos da Irmandade a forma de institucionalização das crianças.

Essa investigação propõe o olhar para os excluídos da sociedade e como eram retirados do convívio por gerarem incomodo à elite dirigente da Província. As crianças abandonadas por suas famílias, no Oitocentos maranhense, estavam à mercê das pessoas que as encontravam nas ruas e nas portas das casas e instituições. Com a proposta de cuidar dos moribundos para salvação das almas, os irmanados da Misericórdia cumpriam o papel higienizador e conformador dos *sem sorte*.

2 A IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA: IGREJA E PODER EM TERRAS MARANHENSES

O Maranhão Oitocentista apresentava traços de uma Província em expansão civilizatória: arquitetura luxuosa, economia crescente e escravagista, cultura eurocêntrica. O século da aurora, mencionado pela historiografia maranhense como a época do Ouro, da *Atenas Brasileira*², ocultava os problemas que afligiam a maioria da população negra, índia e mestiça da Província, que correspondia a 84 % e moravam distante do centro urbano. Nesse movimento de reorganização dos espaços e das posturas, o “banimento das resistências” seria necessário para a “renovação do urbano”, empurrando a pobreza para lugares longínquos (SENNETT, 2014, p. 262). Assim, o disciplinamento das posturas municipais, com a criação de um Código³ para os moradores foi uma medida para embelezar o público, higienizar e racionalizar o espaço urbano, atendendo de forma seletiva a elite.

O conflito entre liberais e conservadores havia evoluído ao longo dos Oitocentos (...). O conflito trouxe à tona a verdadeira natureza do poder na província do Maranhão: a união da burguesia mercantil, em sua maioria portuguesa, com a oligarquia rural, principalmente brasileira, fosse ela conservadora ou liberal (COE, 2013, p. 41).

Sobre esse contexto político, o historiador maranhense Flávio Reis (2007) revela que o período de dominação apresentou duas etapas: de 1820 a 1840, a divisão entre famílias

² A denominação decorre do número de escritores locais que exerceram papel importante nos movimentos literários brasileiros a partir do romantismo. Surgiu, assim, a imagem do Maranhão como o estado que fala o melhor português do país. A primeira gramática do Brasil foi escrita e editada na cidade por Sotero dos Reis (1800-1871), jornalista e professor maranhense.

³ Aqui, destacamos a criação do primeiro Código de Posturas da Província, no ano de 1842, que legalizavam a zona urbana, delimitando as fronteiras do poder. O autor Jeferson Francisco Selbach (2010, p. 05) reuniu em um livro a coletânea de todos os Códigos de Postura da Cidade de São Luís e analisa que estas regras “normatizam permissões e proibições, práticas que são aceitas ou rejeitadas, a ação social disseminada ou criminalizada.”



importantes de um lado representadas por comerciantes portugueses e por outro, pelos que defendiam a independência da Província, os ditos intelectuais liberais. A partir de 1850, Reis (2007) aponta para a formação de uma oligarquia que teve um papel fundamental na formação do Estado Nacional, “pois teve a missão de organizar as disputas políticas no âmbito regional, reunindo as facções e permitindo o funcionamento de determinados relacionamentos partidários e estabelecendo a mediação entre a corte imperial e a província” (REIS, 2007, p. 51). Na segunda metade do século, intelectuais que voltavam dos estudos na Europa, em sua maioria médicos e advogados, formavam a elite política maranhense e consolidaram padrões de carreira assumindo cargos nas secretarias de Estado e nas Mesas diretoras de instituições majoritárias como a *Irmandade da Santa Casa da Misericórdia*.

Essa instituição, em linhas gerais, tem origem portuguesa⁴, na capital Lisboa, e foi criada para a individualização da caridade, ou seja, “o fato de a Coroa ter feito claramente a escolha de negar às restantes confrarias a possibilidade de desenvolver funções assistenciais significativas” (SÁ, 1997, p. 66). Além disso, a irmandade criaria critérios de definição do verdadeiro pobre, selecionando quais os que deveriam receber os serviços de caridade, construindo assim um monopólio sobre a instituição da assistência nas cidades. Com o propósito de construir espaços públicos, as Misericórdias e sua ampla atuação não necessitavam de autorizações do clero local, o que acelerava o processo de administração do pensamento urbano sobre a organização das cidades e o amoldamento dos corpos.

Uma macro e uma microfísica do poder permitiram, não certamente a invenção da história (...), mas a integração de uma dimensão temporal, unitária, cumulativa no exercício dos controles e na prática das dominações. (...) Com as novas técnicas de sujeição, a “dinâmica” das evoluções contínuas tende a substituir a “dinástica” dos acontecimentos solenes (FOUCAULT, 2014, p. 158).

Desde sua chegada em terras maranhenses, a Irmandade deixava claro em seu documento de compromisso a congregação da elite política e econômica e exigia dos irmanados “ter sangue limpo, saber ler e escrever e ter renda suficiente para ajudar irmãos em necessidade” (COE, 2013, p. 52). Ao ser aceito como irmão, o indivíduo assumiria uma postura reta dos costumes, para não colocar em risco a idoneidade da instituição. O compromisso de honrar essa participação na Irmandade começava no momento da aceitação

⁴ Em 1498, a rainha Leonor foi determinante na organização da instituição, por ser irmã de D. Manoel, e exigia uma irmandade de devoção à Virgem da Misericórdia. O seu lugar na Igreja era de destaque, pois respondia a demanda espiritual da nobreza medieval.



dos votos para que não “vivessem escandalosamente, entregues a vícios que o deshonrem, e envergonhem a irmandade” (COMPROMISSO DA IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SÃO LUÍS, 1840, p. 3).

Em sua constituição na Província, a Irmandade da Misericórdia se consolidou como instituição possuidora de grandes bens e atividades políticas junto ao governo. Não existem documentos sobre a instalação das suas primeiras igrejas e casas no Maranhão, pois “foi mandado incinerar o livro mais antigo de que ele então tivera notícia, que era do ano de 1741, destinado ao registro dos termos de entrada dos irmãos” (MEIRELES, 1994, p. 259). Porém, em relatórios da província, encontrou-se o registro de reunião da Mesa Administrativa, datada em 04/02/1830, onde citava-se: “ficara registrado que a instituição tivera sua criação autorizada pelo Alvará Régio de 3/12/1622, ao tempo de Felipe III, de Portugal e IV, de Espanha” (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO MARANHÃO MIGUEL JOAQUIM AIRES DO NASCIMENTO – 1863).

Durante o período do Brasil Colônia, a Irmandade preocupava-se com a construção de hospitais e cemitérios, além das igrejas que eram os espaços de culto e devoção dos irmanados e elite local, que pelos sermões recebiam as orientações para a manutenção do poder eclesiástico em São Luís. “Cuidava mais da conveniência própria que na caridade, motivo por que os doentes queriam antes padecer suas moléstias do que irem para o hospital” (MEIRELES, 1994, p. 262). Com o Hospital de São José, principal local das ações caritativas da Irmandade na cidade, os desvalidos passavam a receber auxílios médicos para contenção das epidemias, e garantia a ordem social, retirando do convívio e sujeitando-os a normas disciplinares severas.

Não obstante a medicalização da assistência patente (...), a cura das almas continuou a ocupar o primeiro plano nas atitudes para com os doentes, embora não seja de excluir que se tenham verificado melhorias ao nível organizativo. Essa importância, de resto, é bem patente pelo facto de as estruturas religiosas e a cura das almas serem as primeiras matérias a serem tratadas nos compromissos (SÁ, 1997, p. 47).

No Império, a primeira metade do século XIX foi caracterizada pela historiografia maranhense como *gloriosa*, consequência do rápido crescimento econômico onde os primeiros anos pós-independência desencadearam iniciativas de inserção da Província nas primeiras políticas de institucionalização da assistência pública, como a criação de novos hospitais, instituições educativas, religiosas e de policiamento. São Luís, respirava os ares de um Brasil independente e apresentava uma minoria populacional que cultuava *o luxo e o*



poderio promovido pelas exportações algodoeiras da Companhia do Comércio, desde a segunda metade do século XVIII.

O considerado crescimento urbano ofertou espaços e serviços aos moradores e o aparecimento de novas instituições, com grandiosas construções: Biblioteca Pública, Liceu Maranhense, Cemitério do Gavião, Palácio do Governo Municipal, Santa Casa da Misericórdia, Catedral da Sé, além de livrarias, tipografias, bancos, colégios, hospitais, etc. Nos jornais e periódicos da capital, os anúncios de uma nova civilização são registrados nas primeiras páginas:

No século XIX em que o Anjo do Senhor embocando a sonora tuba fez soar por todo o universo a palavra – progresso – cujo echo, ainda mais forte e maravilhoso que o dos sacerdotes e do povo em roda dos muros de Jerichó, rasgou o negro véo das trevas, despertou do lethárgico somno em que vivião nações inteiras, que há tantos séculos dormião nos amortecidos braços da mais crassa e supina ignorância, substituiu o desalento e a inarção pelo entusiasmo e amor das letras, fez desaparecer o maldito prejuízo, que o homem d’alta linhagem deveria desprezar totalmente a cultura da inteligência, transformou o mundo, que , como as mattas virgens onde não penetrão os dardejantes raios de sol e da lua, permanecia envolto nos densos horrores da escuridão (A ESTRELA DA TARDE, 1857, p. 01).

A Irmandade, de acordo com os livros de receitas e despesas da instituição, mantinha o poder majoritário sobre os principais espaços de assistência pública da cidade. Marques (1970, p. 482) retratou em sua obra, as repartições e dependências adquiridas pelas Misericórdias para a realização de suas obras de caridade: “secretaria e contadoria, tesouraria, procuradoria-geral, presos pobres, expostos, hospital de caridade, hospital dos lázaros, igreja e cemitério.” Uma suposta crise na segunda metade do século, teria feito a inserção dos Presidentes da Província como provedores nas Mesas administrativas da Santa Casa, o que trouxe alguns benefícios para a instituição com uma maior fiscalização das despesas anuais. As inúmeras propriedades e imóveis da Irmandade funcionavam por meio de regulamentos aprovados em Assembleia Provincial e eram inspecionados periodicamente para observação das ações realizadas com os investimentos feitos nas instituições.

As Mesas Administrativas da Irmandade eram eleitas por assembleias gerais dos irmãos “a cada 2 de julho, dia de Santa Isabel, para um mandato anual que se contaria a partir de 10 de agosto, dia consagrado a São Lourenço” (MEIRELES, 1994, p. 279). O colegiado diretor era integrado por: provedor (presidente da província), vice-provedor, secretário, procurador, tesoureiro e mais cinco mordomos. Nas reuniões eram comuns as discussões acirradas sobre a receita adquirida pela instituição, “consequente de disputa a que se atiravam

os irmãos pela conquista dos cargos da Mesa, na ânsia de usufruírem os privilégios e vantagens deles decorrentes, e talvez nem sempre confessáveis” (*Idem*, p. 278)

Figura 1 – Livro de Receitas e Despesas da Santa Casa da Misericórdia do Maranhão (1843-44)

Fonte: Arquivo Público do Estado do Maranhão (2019)

No acesso aos documentos da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, a pesquisa analisou fontes como *mapas comparativos de despesas, orçamentos das receitas* (FIGURA 1), *relatórios dos provedores e mordomos das casas e demais espaços e relações de produtos adquiridos, assim como escravos e funcionários que trabalhavam para a instituição*. Os dados estão organizados em sua maioria em tabelas e relatórios, com os dados dos *bens de raiz e bens móveis* da instituição. Segundo Tabela Dos Próprios da Santa Casa da Misericórdia do Maranhão, 1842, os bens de raiz são os ocupados pela Irmandade:

Igreja de S.Pantaleão.....	16:000\$000
Casas da Igreja.....	2:586\$130
Casa do Despacho da Meza.....	2:000\$000
Edifício do Hospital e Casa dos Expostos.....	46:504\$368
Hospital dos Lazáros.....	2:000\$000
Cemitério.....	16:000\$000

(TABELLA DOS PROPRIOS DA SANTA CASA DA MISERICORDIA DO MARANHÃO, 1842)

Além destes, casas alugadas, terrenos aforados, terrenos por aforar, terras de lavar e escravos, eram incluídos nessa tabela de despesas. Os bem móveis, são os produtos adquiridos constantemente para a manutenção dos serviços assistenciais: alimentos, remédios, utensílios, roupas de cama, banho e vestimentas. Doações dos irmãos e associados da Irmandade mantinham as atividades desses espaços, além de loterias e espetáculos



beneficentes em prol das ações *salvíficas dos pobres deserdados*. Essas práticas difundidas pelos irmãos camuflava a crise financeira que a Irmandade sofria na segunda metade do século XIX, devido a retirada das ofertas milionárias dos presidentes das províncias.

O Irmão Eduardo Alves,
Impressão de 200 loterias para o espetáculo em benefício dos Expostos inclusive o
custo do
papel.....8\$000
Recebi a conta acima.
Maranhão, 24 de agosto de 1863.
Sta. Caza de Misericórdia. (PAPEL AVULSO, RECIBO, 1863)

O Hospital da Caridade, o Cemitério da Misericórdia e a Igreja de São José e São Pantaleão são exemplos de alguns dos espaços mantidos pela Irmandade para a oferta dos serviços assistenciais. Nessa lista, inclui-se a *Casa dos Expostos*, instituição de assistência as crianças abandonadas, criada pelas Misericórdias portuguesas e difundidas pelo mundo, em continuidade às ações caritativas que prestava a população desvalida. “A assistência institucionalizada ao menor abandonado, até meados do século XIX esteve associada quase exclusivamente às Misericórdias. O seu sentido era então o da caridade cristã, ligada as chamadas obras de misericórdia” (MARCILIO, 1998, p. 144).

O infanticídio era um problema constante nas províncias brasileiras, e no Maranhão a Irmandade foi uma das principais instituições regulamentadoras do recolhimento e educação das crianças abandonadas, órfãs ou negligenciadas por suas famílias legítimas.

3 OS FILHOS DA MISERICÓRDIA: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS ABANDONADAS

O abandono de crianças na capital da Província era costumeiro. Essa prática inseriu-as como prioridade assistencialista nos serviços ofertados pela Irmandade, na garantia de um futuro para a infância desvalida. O recolhimento de bebês abandonados na calada da noite por suas mães iniciou no dia 27 de abril de 1829. As crianças eram deixadas, conforme orientações da Igreja e para a salvação da alma que abandona, nas janelas das instituições de caridade. Especificamente, em uma roda⁵ em forma de cilindro colocada para facilitar a retirada da criança. Após recolhimento, eram logo batizadas, recebiam um nome, quando já

⁵ A Roda dos Expostos, segundo Maria Luiza Marcilio (1998) tem sua origem na Itália, século XV, nos hospitais de caridade e conventos religiosos. É constituída por um dispositivo de madeira cilíndrico com uma divisória no meio fixado na janela ou muro das instituições.



não o possuíam via bilhete deixado pela mãe, e encaminhadas a amas de leite. Em mapa de movimento anual, da *Casa dos Expostos*, os dados mostram que nos primeiros dez anos, desde sua fundação (1829-1839), o quantitativo de crianças abandonadas crescia gradativamente, e que além da amamentação, poderiam ser entregues a famílias, para adoção.

O atendimento a números tão elevados de bebês era possibilitado pelo sistema da criação externa por amas-de-leite, contratadas pela Santa Casa de cada cidade. A criação coletiva de crianças pequenas nas Casas de Expostos, em um período anterior às descobertas de Pasteur e da microbiologia, resultava em altíssimas taxas de mortalidade. A amamentação artificial era um risco sério para as crianças, obrigando as instituições a manterem em seu quadro de pessoal amas-de-leite, responsáveis pela amamentação de um grande número de lactentes. No Brasil, muitas escravas serviram nesta função, alugadas por seus proprietários (RIZZINI, 2004, p. 23).

A assistência às crianças era sistematizada sobre a égide das Ordens Religiosas e se estruturava em instituições com características de clausura, pois, para proteger e educar era necessário “o rigor dos castigos, o submetimento às ordens, o distanciamento da autoridade” (VARELA; ALVAREZ-URIA, 1992, p. 7). A sociedade maranhense justificava a importância da Roda por temor ao infanticídio que proliferava na Província e também a segunda oportunidade às mulheres desonradas, ou seja, grávidas e solteiras. Mulheres, da elite e mães-escravas, que sofriam abusos, estupros e outras coerções masculinas, eram obrigadas a abandonar seus filhos.

O condicionamento social da mulher era ainda mais flagrante em São Luís, com um falso moralismo que obrigava uma conduta ilibada e fiel das mulheres livres, enquanto tacitamente permitia o abuso sexual dos homens livres com as escravas. O controle sobre a conduta, a sexualidade, a religiosidade, a maternidade, representavam uma forte vigilância sobre o corpo e a alma da mulher (ABRANTES, 2004, p. 151).

Ainda segundo a autora, Elizabeth Sousa Abrantes (2004), as mulheres pobres e desvalidas eram mais propensas a caírem na prostituição, na luta pela sobrevivência e pela falta de amparo e proteção dos homens, sendo sempre que possível recolhidas pelo poder público em asilos, para educá-las conforme a moralidade cristã. Essa era uma situação que alavancava o número de crianças expostas e o abandono das mesmas nas Casas mantidas pela *caridade* da Santa Casa servia para “aliviar a consciência de uma sociedade envergonhada e ameaçada com a sua presença” (RIZZINI, 2004, p. 26).



A rotina das crianças na Casa da Roda dos Expostos da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, incluindo as que recebiam a educação das amas⁶, foi regulamentada pela Mesa Administrativa da Irmandade, no dia 29 de abril de 1832, e organizada como um lugar, não somente para recolhimento de enjeitados, mas também como instituição educativa, com caráter de Asilo, que “sempre buscaram dar um destino a suas crianças, procurando colocar meninos e meninas em casas de famílias ou, então, prepará-los para assumir suas próprias vidas, por meio da profissionalização” (MARCÍLIO, 1998, p. 163) .

Ao levantar da cama da meza as Ave Marias e antes de deitar ensinarão aos meninos as rezas professas. Ensinará a Doutrina Cristã pela cartilha as segundas sextas e sábados, a noite rezado ou cantado as rezas professas daqueles dias. As segundas hirá a missa com os meninos na Capella do Cemiterio e aos sábados e domingos na Igreja de S. José, os quais sahirão com uniformidade de vestuário conforme lhe for determinado. (REGULAMENTO PARA A CASA DOS EXPOSTOS, 1832)

As crianças, portanto, seguiam as normas estabelecidas pela Mesa Administrativa da Irmandade, e que prescrevia o cumprimento de regras parecidas com as dos Conventos e demais Instituições de Recolhimento religiosas. Nelas, os sujeitos a serem disciplinados⁷, deviam ser educados pela Doutrina da Igreja Católica, com rituais de rezas constantes e leituras bíblicas em horários predeterminados. Deviam ser preservados da vida pública, e no caso das crianças, prescrevia-se no regulamento que “os meninos não hirão a casa de pessoa alguma sem ordem da Meza, da visita do Sr. Inspector”. As visitas eram concedidas apenas para pessoas da elite, “senhoras e senhores sérios”, e a Casa sempre bem limpa, para “evitar que o publico sensure” (REGULAMENTO PARA A CASA DOS EXPOSTOS, 1932).

O edifício da Casa, de sua fundação até anos 1890, funcionava em endereço incerto segundo Meireles (1994), pois acreditava ser o mesmo edifício do Hospital de São José da Santa Casa da Misericórdia. Analisando os documentos de despesas e receitas da Irmandade com os espaços de sua responsabilidade na Província, identificou-se mobiliários, funcionários (administradores, amas de leite e escravos) e alimentícios gastos com a Casa dos Expostos, dentre os anos de 1830 a 1850, o que impulsiona a pensar: não seria um prédio próprio?

⁶ De 0 a 3 anos, as crianças ficavam a mercê das amas de leite *mercenárias* contratadas pela Santa Casa. Quando não recebiam seus ordenados em dia, deixavam de alimentar os bebês, e muitos morriam antes de retornarem à Casa. Os administradores da Casa dos Expostos deveriam acompanhar esse serviço externo, para garantir a sobrevivência das crianças.

⁷ Incluímos também as mulheres, que eram recolhidas em instituições de caridade mantidas por outras irmandades na cidade para que não caíssem em pecado.



MAPPA COMPARATIVO DAS DESPESAS FEITAS PELO ALMOXARIFE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA NOS MESES DE MAIO, JUNHO E JULHO DE 1840.

(...)

CASAS DOS EXPOSTOS

Ordenado do Administrador e sua mulher..... 37\$500 | 37\$500 | 37\$500
Mantimentos, luzes, lenha, sabão..... 177\$850 | 154\$310 | 146\$492

Salario e farinha às amas.....77\$848 | 68\$211 | 71\$567
Mortalha de hum exposto.....1\$120 | * | *

(LIVRO DE DESPESAS E RECEITAS DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA, 1840).

Como já mencionado, a Santa Casa recebia milionárias doações dos irmãos congregados ou não, para o pagamento das despesas com os expostos, além da parcela de contribuição do Governo Provincial. Com a passagem para a fase filantrópica, na segunda metade do século, a Província em conflitos constantes com os representantes da Irmandade, se abstrai de ajudas financeiras a instituição, caracterizando uma aguçada crise ao sistema de Roda dos Expostos no fim do Império.

A Casa da Roda dos Expostos, segundo Marques (1970), foi um dos serviços que declinou com a retirada do governo provincial nas despesas com os meninos abandonados, pois “a Santa Casa da Misericórdia, que por se ver tão sobrecarregada não pode dar-lhe o desenvolvimento que desejava”. Cesar Augusto Marques, que fora Mordomo da Casa nos anos 1869-1870, lamentava que aquele serviço prestado em edifício bem estruturado, passasse a funcionar “numa casa, sem as precisas acomodações e muito arruinada junto a Igreja de São Pantaleão, ou melhor, por detrás e ao lado da igreja, no mesmo edifício” (MARQUES, 1970, p. 272). Segundo registros no arquivo da Igreja de São Pantaleão, o ano de início da Casa da Roda dos Expostos no prédio anexo a própria instituição foi em 1891, quando a Irmandade convidaria as Filhas de Santana⁸, para conduzirem os trabalhos no estabelecimento.

As crianças possuíam destinos diferentes, após período de amamentação, a partir dos 4 anos de idade. Adoção, um *bom* casamento e profissionalização eram os encaminhamentos dados pela Irmandade a elas, quando sobreviviam ao tempo de assistência com as amas. “Material e espiritualmente indigentes, como relataram inúmeros testemunhos, essas mulheres preocupavam-se com o mísero salário que iriam receber” (MARCILIO, 1998, p. 271). Os maus-tratos aos bebês, aumentavam o número de expostos mortos após

⁸ Ordem religiosa, italiana, que prestava serviços de assistência no Pará.



recolhimento pela Casa da Roda. Num processo circulatório, as crianças que retornavam a Casa eram mantidas por um tempo, até que famílias as adotassem ou que se arranjassem bons pretendentes para casarem as meninas expostas. Já os meninos, iniciavam suas atividades profissionais bem cedo, servindo de mão de obra para as fábricas e lavouras maranhenses.

Apresente a V.Ex^a o exposto de nome Ignacio de apenas 12 anos de idade, que em sessão da Meza administrativa da Santa Caza da Misericórdia de 22 do corrente foi deliberado que entrasse para a Companhia de Aprendizizes Marinheiros.

Deus Guarde a V. Ex^a.
Maranhão, 24 de agosto de 1867.

O mordomo dos expostos.

(OFÍCIO DA MORDOMIA DA CASA DA RODA DOS EXPOSTOS DA SANTA CAZA DE MISERICÓRDIA DO MARANHÃO, 1867).

Os casos de adoção eram de familiares, ou as próprias amas de leite, que criavam os expostos sobreviventes, pois “antes dos doze anos, a solução que melhor atendia às conveniências da Roda era aquela em que as amas continuavam a criar as crianças” (MARCILIO, 1998, p. 278). As crianças que voltavam para a Casa, viviam a mercê dos cuidados dos funcionários do Hospital ou das religiosas, até completarem idade para enfrentarem a vida sozinhos. A Casa da Roda dos Expostos da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão funcionou até o ano de 1942, anexa à Igreja de São Pantaleão desde 1891.

4 CONCLUSÃO

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão, na segunda metade do século XIX, viveu uma crise financeira mediante a saída da provedoria dos governos provinciais. Isso a fez ficar cada vez mais dependente das conjunturas locais e das doações dos irmãos e da elite maranhense. A Santa Casa também, após fase caritativa viveu a ascensão da filantropia em seus serviços assistenciais, o que aos poucos diminuiu as doações milionárias que recebia, pois era preciso passar pelo processo de secularização das ideias higienistas. O Estado deveria assumir a assistência pública, amadurecendo o processo de atendimento da população em suas necessidades básicas.

Entre os anos 1850-1880, vemos nas fontes a realização de inúmeros balanços de despesas e receitas para o acompanhamento desse momento de intensas dívidas da instituição para garantir o funcionamento dos seus espaços. Com a institucionalização das crianças, as doações foram minimizadas ao ponto da Casa, mantida pela irmandade para recolher e educar



crianças abandonadas, fora transferida para lugares anexos as próprias igrejas que mantinha, diminuindo assim custos extras.

A intenção de guardar e zelar por essa infância desvalida, era o desejo de uma sociedade que honrava a salvação da sua alma, retirando essas crianças do convívio social, aliviando a consciência de quem as abandonou. O projeto de regenerar as crianças através da educação religiosa é coerente com o desejo de adequar o atraso dessa sociedade à modernidade anunciada, nas primeiras páginas dos impressos maranhenses: a Aurora da Atenas Brasileira.

Pela Doutrina da Igreja Católica, as irmandades no Maranhão construíram um legado de instituições para recolhimento e disciplinarização das crianças e adolescentes maranhenses, como a Casa dos Expostos, segundo documentação pesquisada. Foi possível compreender, a atuação poderosa da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia do Maranhão e o exercício frente a regulamentação e manutenção desse espaço, fundamental para a regeneração das crianças desvalidas. Nessas relações, os interesses financeiros sobressaiam toda e qualquer intenção de ajuda ao próximo. Com as crianças, o desejo era de confiná-las pela perspectiva do adulto ambicioso, de uma elite ignorante e uma sociedade a própria sorte. Sobre a história das crianças maranhenses, um capítulo a construir com mais profundidade será a prioridade dessa e muitas pesquisas que virão. As infâncias institucionalizadas precisam ser desvendadas para entendermos os tempos construídos sobre nossa cultura e nossa gente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANTES, Elizabeth Sousa. **A educação feminina em São Luís (século XIX)**. In: COSTA, Wagner Cabral da (org.) História do Maranhão: novos estudos. São Luís: EDUFMA, 2004.

COE, Agostinho Júnior Holanda. **A assistência em crise: a Santa Casa da Misericórdia do Maranhão na segunda metade do século XIX (1850-1890)**. Rio de Janeiro: Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 42. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MARCILIO, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário histórico-geográfico da Província do Maranhão**. 3. Ed. São Luís, AML, 1970.



MEIRELES, Mário Martins. **Dez estudos históricos**. São Luís: ALUMAR, 1994.

REIS, Flavio dos Santos. **Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão**. São Luís: UNIGRAF, 2007.

RIZZINI, Irene. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

SÁ, Isabel dos Guimarães. **Quando o rico se faz pobre: misericórdias, caridade e poder no império português, 1500-1800**. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 1997.

SELBACH, Jeferson Francisco (org.) **Códigos de Postura de São Luís/MA**. São Luís: EDUFMA, 2010.

SENNETT, Richard. **Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2014.

FONTES

Arquivo Público do Estado do Maranhão

COMPROMISSO DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SÃO LUÍS (1840)

JORNAL A ESTRELA DA TARDE (1857).

LIVRO DE DESPESAS E RECEITAS DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA (1840)

LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO MARANHÃO (1843-1844).

PAPEL AVULSO (1863).

OFÍCIO DA MORDOMIA DA CASA DA RODA DOS EXPOSTOS DA SANTA CAZA DE MISERICÓRDIA DO MARANHÃO (1867).

REGULAMENTO PARA A CASA DOS EXPOSTOS APROVADO EM MEZA DE 29 DE ABRIL DE 1832 (1832).

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO MARANHÃO MIGUEL JOAQUIM AIRES DO NASCIMENTO (1863).

TABELLA DOS PROPRIOS DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO MARANHÃO (1842).